

<i>Nota à 13ª edição</i> .....	7
Capítulo I — <b>O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO</b>	
I — <b>Introdução</b> .....	25
II — <b>Conteúdo do regime jurídico-administrativo</b>	
a) <i>Supremacia do interesse público sobre o privado, 30; b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 34</i>	
III — <b>Valor metodológico da noção de regime administrativo</b> .....	48
* Capítulo II — <b>PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO</b>	
I — <b>Princípios expressos e implícitos</b> .....	56
1ª) <i>Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 57 (Conceito de interesse público, 57; Conseqüências da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 67; A supremacia do interesse público e os “poderes” da Administração, 68); 2ª) Princípio da legalidade, 71; 3ª) Princípio da finalidade, 77; 4ª) Princípio da razoabilidade, 79; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 81; 6ª) Princípio da motivação, 82; 7ª) Princípio da impessoalidade, 84; 8ª) Princípio da publicidade, 84; 9ª) Princípios do devido processo legal e da ampla defesa, 85; 10ª) Princípio da moralidade administrativa, 89; 11ª) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 90; 12ª) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrati-</i>	

	<i>vos, 91; 13ª) Princípio da eficiência, 92; 14ª) Princípio da segurança jurídica, 92</i>	
<b>II</b>	<b>— Restrições excepcionais ao princípio da legalidade</b>	
	<i>a) Medidas provisórias, 95; b) Estado de defesa, 102; c) Estado de sítio, 103</i>	
<b>Capítulo III</b>	<b>— A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</b>	
<b>I</b>	<b>— Os órgãos e as competências públicas .....</b>	<b>105</b>
	<i>Órgãos públicos, 106; Classificação dos órgãos, 107; Competências públicas, 108 (Conceito de competência, 110).</i>	
<b>II</b>	<b>— Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia .....</b>	<b>112</b>
<b>III</b>	<b>— Centralização e descentralização administrativa .....</b>	<b>115</b>
	<i>Desconcentração, 116; A hierarquia e os poderes do hierarca, 116; Distinção entre descentralização e desconcentração, 117; O controle, 117</i>	
<b>IV</b>	<b>— Organização administrativa da União: Administração direta e indireta .....</b>	<b>118</b>
	<i>Administração direta da União, 119; Critério classificador do Decreto-lei 200, 120</i>	
<b>Capítulo IV</b>	<b>— FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS .....</b>	<b>123</b>
<b>I</b>	<b>— Autarquias .....</b>	
	<i>Conceito, 123; Regime jurídico, 124 (a) Relações com a pessoa que as criou, 125; b) Relações com terceiros, 128; c) Relações internas, 131); Autarquias especiais ou sob regime especial, 132; Agências reguladoras, 132; Agências executivas, 141</i>	
<b>II</b>	<b>— Fundações públicas</b>	
	<i>Conceito legal: impropriedade, 143; Natureza das fundações públicas, 146</i>	
<b>III</b>	<b>— Empresas públicas e sociedades de economia mista</b>	
	<i>Conceito de empresa pública, 147 (Conceito legal:</i>	

impropriedade, 147); *Conceito de sociedade de economia mista*, 151 (Conceito legal: impropriedade, 151); *As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista*, 159; *Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências*, 154; *Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado*, 157; *Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista*, 158; *Empresas estatais e concessão de serviço público*, 159; *A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais*, 161; *O regime jurídico das empresas estatais*, 164 (a) Relações com a pessoa que as criou, 164; b) Relações com terceiros, 168; c) Relações internas, 180)

IV	— <i>Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa</i> .....	182
	<i>Contrato de gestão</i> , 183; <i>Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta</i> , 184 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 190; <i>Contrato entre órgãos?</i> , 191); <i>Contratos de gestão entre o Estado e as “organizações sociais”</i> , 194; <i>Organizações sociais</i> , 194; <i>Organizações da sociedade civil de interesse público</i> , 200	

Capítulo V	— <b>A PRESCRIÇÃO NO DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	
I	— <i>Prescrição, decadência e preclusão</i> .....	202
II	— <i>Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa</i> .....	204
III	— <i>Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i> .....	205
IV	— <i>Pretensões da Administração contra o administrado</i> .....	207
V	— <i>“Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação</i> .....	208
VI	— <i>Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i> .....	210

Capítulo VI	— <b>O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	
<b>I</b>	— <b>Controle interno e externo</b> .....	212
	a) Controle interno, 212; b) Controle externo, 215	
<b>II</b>	— <b>Controle parlamentar direto</b> .....	215
	a) Sustação de atos e contratos do Executivo, 215;	
	b) Convocação de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 215; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 216; d) Autorizações ou aprovações do Congresso necessárias para atos concretos do Executivo, 216; e) Poderes controladores privativos do Senado, 217; f) Julgamento das contas do Executivo, 217; g) Suspensão e destituição (“impeachment”) do Presidente ou de Ministros, 218	
<b>III</b>	— <b>Controle pelo Tribunal de Contas</b> .....	218
	a) Compostura e composição do Tribunal de Contas, 218; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 219; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 220	
<b>IV</b>	— <b>Controle jurisdicional (panorama)</b> .....	221
	a) “Habeas corpus”, 222; b) Mandado de segurança, 222; c) “Habeas data”, 223; d) Mandado de injunção, 223; e) Ação popular, 224; f) Ação civil pública, 224; g) Ação direta de inconstitucionalidade, 225	
Capítulo VII	— <b>SERVIDORES PÚBLICOS</b>	
<b>I</b>	— <b>Agentes públicos</b> .....	226
<b>II</b>	— <b>Classificação dos agentes públicos</b> .....	229
	a) Agentes políticos, 229; b) Servidores estatais, 230 (Servidores públicos: conceito e espécies, 230; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 232); c) Particulares em colaboração com a Administração, 232	
<b>III</b>	— <b>Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos</b> .....	233
	a) Cargos públicos, 233; b) Funções públicas, 234; c) Empregos públicos, 235	

IV	— <i>Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público</i> .....	235
V	— <i>Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais</i> .....	236
VI	— <i>Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo</i> .....	237
VII	— <i>Objeto das normas constitucionais sobre pessoal</i> .....	243
VIII	— <i>Normas de contenção de despesas com os servidores estatais</i> a) <i>Limite global de despesas com pessoal, 244; b) Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações, 248; c) Proibição a União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal, 249</i>	
IX	— <i>Normas relativas à remuneração dos servidores</i> a) <i>Criação de remuneração por subsídios, 249; b) Limite de remuneração, 251; c) Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário, 254; d) Proibição de vinculação de vencimentos, 254; e) Cálculo de acréscimos pecuniários, 254; f) Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos, 254; g) Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração, 255</i>	
X	— <i>Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)</i> .....	256
	a) <i>Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público, 256 (Admissão e dispensa nas estatais); 259; b) Contratação excepcional sem concurso, 260; c) Direito de greve e de sindicalização, 261; d) Proibição de acumulação remunerada, 261; e) Sanção por improbidade administrativa, 263</i>	
XI	— <i>Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos</i> .....	263
	a) <i>Irredutibilidade de vencimentos, 263; b) Alguns direitos equivalentes aos dos empregados, 264; c) Estabilidade, 264; d) Disponibilidade, 265; e) Aposentadoria e proventos, 266 (A contribuição previdenciária prevista pela Lei 9.783/99, 268); f) Revi-</i>	

	<i>são de proventos, 272; g) Pensão por morte, 272; Situação dos atuais servidores, 273</i>	
<b>XII</b>	<b>— Os cargos públicos .....</b>	<b>275</b>
	<i>a) Criação e extinção. Declaração de desnecessidade, 275; b) Classificação dos cargos, 276 (Cargos em comissão, 278; Cargos de provimento efetivo, 277; Cargos vitalícios, 278); c) Lotação dos cargos e "redistribuição", 278</i>	
<b>XIII</b>	<b>— O provimento em cargo público: conceito e formas .....</b>	<b>279</b>
	<i>a) Provimento autônomo ou originário, 279; Nomeação, 279; Posse, 280; b) Provimentos derivados, 281; Provimento derivado vertical (promoção), 281; Provimento derivado horizontal (readaptação), 282; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 282</i>	
<b>XIV</b>	<b>— Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários .....</b>	<b>283</b>
	<i>a) Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor, 283 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 283; Direitos de ausência ao serviço, 285; Aposentadoria, 291); b) Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor, 291</i>	
<b>XV</b>	<b>— Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários .....</b>	<b>292</b>
	<i>Prescrição, 295</i>	
<b>XVI</b>	<b>— Sindicância e processo administrativo .....</b>	<b>296</b>
<b>XVII</b>	<b>— Limites do poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores alcançados pela Emenda 19 .....</b>	<b>300</b>
<b>Capítulo VIII</b>	<b>— O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO</b>	
<b>I</b>	<b>— Introdução .....</b>	<b>307</b>
<b>II</b>	<b>— Conceito de regulamento no Direito brasileiro ..</b>	<b>309</b>
<b>III</b>	<b>— Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro .....</b>	<b>309</b>
<b>IV</b>	<b>— O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil .....</b>	<b>310</b>
<b>V</b>	<b>— Finalidade e natureza da competência regulamentar .....</b>	<b>316</b>

VI	— <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i> .....	320
VII	— <i>O objeto da competência regulamentar</i> .....	325
VIII	— <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i> .....	332
IX	— <i>Resoluções, instruções e portarias</i> .....	335

## Capítulo IX

— **ATOS ADMINISTRATIVOS**

I	— <i>Considerações introdutórias</i> a) <i>Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos, 337; b) O problema da conceituação do ato administrativo, 341</i>	
II	— <i>Atos da Administração e atos administrativos</i> ...	341
III	— <i>Conceito de ato administrativo</i> .....	343
IV	— <i>Perfeição, validade e eficácia</i> .....	345
V	— <i>Requisitos do ato administrativo</i> .....	347
VI	— <i>Elementos do ato</i> <i>Conteúdo, 350; Forma, 351</i>	
VII	— <i>Pressupostos do ato</i> 1) <i>Pressupostos de existência, 352; 2) Pressupostos de validade, 353: A) Sujeito (pressuposto subjetivo), 353; B) Motivo (pressuposto objetivo), 354 (Motivo do ato e motivo legal, 355; Motivo e móvel, 356; O papel da vontade no ato administrativo, 356; Motivo e motivação, 357; O dever de motivar e as consequências de sua violação, 357; Teoria dos motivos determinantes, 360); C) Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo), 360; D) Finalidade (pressuposto teleológico), 361 (Teoria do desvio de poder, 362); E) Causa (pressuposto lógico), 364; F) Formalização (pressuposto formalístico), 366</i>	
VIII	— <i>O silêncio no Direito Administrativo</i> .....	368
IX	— <i>Atributos dos atos administrativos</i> .....	371
	<i>Casos em que cabe executoriedade, 376; Defesas contra a executoriedade, 376</i>	
X	— <i>Classificação dos atos administrativos</i> .....	377
	a) <i>Quanto à natureza da atividade, 377; b) Quanto à estrutura do ato, 378; c) Quanto aos destinatários do ato, 378; d) Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática, 379; e) Quanto à função da vontade administrativa, 379; f) Quanto</i>	

aos efeitos, 379; g) Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados, 380; h) Quanto à situação de terceiros, 380; i) Quanto à composição da vontade produtora do ato, 380; j) Quanto à formação do ato, 381; l) Quanto à natureza das situações jurídicas que criam, 381; m) Quanto à posição jurídica da Administração, 382

XI	— Vinculação e discricionariedade .....	383
XII	— Atos administrativos “in specie” Em função do conteúdo, 390; Como formas de manifestação de outros atos, 392	
XIII	— Procedimento administrativo .....	394
XIV	— Panorama da extinção dos atos administrativos .....	396
XV	— Revogação Conceito, 399; Sujeito ativo da revogação, 400; Objeto da revogação, 401; Fundamento da revogação, 402; Motivos da revogação, 404; Efeitos da revogação, 405; Natureza do ato revogador, 406; Limites ao poder de revogar, 406; Revogação e indenização, 408	
XVI	— Invalidade dos atos administrativos .....	409
	Sujeitos ativos da invalidação, 411; Objeto da invalidação, 411; Fundamento da invalidação, 412; Motivo da invalidação, 412; Efeitos da invalidação, 412; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 413; Atos irregulares, 416; Comentários às diferentes teorias, 417; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 418; Convalidação, 420; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 421; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 424; Regime dos atos inválidos, 424; Invalidação e dever de indenizar, 425 (Direito de resistência contra atos inválidos, 426)	
XVII	— Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação .....	428
XVIII	— Diferenças entre revogação e invalidação .....	430
Capítulo X	— O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO	
I	— Conceito de procedimento administrativo .....	431

	<i>Procedimento e ato complexo, 437</i>	
II	— <i>Requisitos do procedimento</i> .....	438
III	— <i>Importância do procedimento administrativo.</i> <i>Atualidade do tema</i> .....	439
IV	— <i>Objetivos do processo ou procedimento</i> .....	442
V	— <i>Espécies de procedimento</i> .....	443
VI	— <i>Fases do processo ou procedimento</i> .....	444
VII	— <i>Princípios do procedimento</i> .....	446
VIII	— <i>Fundamentos constitucionais dos princípios do</i> <i>procedimento administrativo</i> .....	450
IX	— <i>Obrigatoriedade da adoção de procedimento</i> <i>administrativo formalizado</i> .....	455
X	— <i>O processo (ou procedimento) na</i> <i>legislação federal</i> .....	456
	<i>Âmbito de abrangência, 457; Competência, 457;</i> <i>Princípios do processo e garantias do administrado,</i> <i>458; Seqüência processual, 463; Prazos processuais,</i> <i>466; Revogação, anulação e convalidação, 467</i>	
Capítulo XI	<b>LICITAÇÃO</b>	
I	— <i>Conceito e finalidades</i> .....	469
II	— <i>A legislação sobre licitação</i> .....	472
	<i>Normas gerais de licitação e contratos, 476</i>	
III	— <i>Os princípios da licitação</i> .....	477
IV	— <i>Quem está obrigado a licitar</i> .....	480
V	— <i>Os pressupostos da licitação</i> .....	482
VI	— <i>O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade</i> <i>de licitação</i> .....	483
	<i>Bens singulares, 484; Serviços singulares, 485; Sis-</i> <i>tematização legal dos casos excludentes de licita-</i> <i>ção, 485; Os casos qualificados pela lei como de</i> <i>licitação dispensável, 486; Inexigibilidade de licita-</i> <i>ção, 489; Serviços técnicos de natureza singular,</i> <i>491; Justificação de dispensas e de inexigibilidade,</i> <i>494; Licitação proibida, 494</i>	
VII	— <i>Modalidades da licitação</i> .....	495
	<i>Prazos e formas de publicidade nas modalidades de</i> <i>licitação, 501; Comparação entre concorrência,</i> <i>tomada de preços e convite, 502; Pregão e consul-</i> <i>ta, 503 (Procedimento do pregão, 504); Registros</i> <i>cadastrais, 508; O registro de preços, 509; Comis-</i>	

	<i>sões de licitação, 510; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 511; Alienação de bens, 512; Licitações internas e licitações internacionais, 513</i>	
<b>VIII</b>	— <i>Etapas interna e externa da licitação</i> .....	514
	<i>Requisitos para instauração de licitação, 514; Vedações nas licitações, 515</i>	
<b>IX</b>	— <i>Fases da licitação</i> .....	516
	<i>Exame dos afluentes à licitação, 516; Exame das propostas, 517; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 518; Esquema analítico das fases, 519; Sequência procedimental da concorrência, 519</i>	
<b>X</b>	— <i>O edital</i> .....	522
	<i>Vícios do edital, 525</i>	
<b>XI</b>	— <i>A habilitação</i> .....	526
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 531; Consórcios, 532; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 533; Comparecimento de um único licitante, 533; Pré-qualificação, 534; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 534; Efeito jurídico da habilitação, 534; Vícios da habilitação, 535</i>	
<b>XII</b>	— <i>O julgamento</i> .....	536
	<i>Requisitos das propostas, 537; Objetividade do julgamento, 540; Classificação, 540; Desempate entre as propostas, 540; Os "tipos" de licitação, 540; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 543; Classificação de uma só proposta, 544; Vícios da classificação, 544; Efeito jurídico da classificação, 545</i>	
<b>XIII</b>	— <i>Homologação e adjudicação</i> .....	545
<b>XIV</b>	— <i>Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior</i> .....	546
<b>XV</b>	— <i>Recursos administrativos</i> .....	547
<b>XVI</b>	— <i>O procedimento licitatório e suas conseqüências</i> .....	548
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 548; Revogação da licitação, 548; Anulação da licitação, 549</i>	

<b>XVII</b>	— <i>Crimes</i> .....	552
<b>XVIII</b>	— <i>Licitação e mandado de segurança</i> .....	552
<b>Capítulo XII</b>	— <b>O CONTRATO ADMINISTRATIVO</b>	
<b>I</b>	— <i>Introdução</i> .....	554
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 555</i>	
<b>II</b>	— <i>O contrato administrativo no Direito francês</i> ...	556
<b>III</b>	— <i>O contrato administrativo na doutrina brasileira</i> .....	558
<b>IV</b>	— <i>Conceito de contrato administrativo</i> .....	560
<b>V</b>	— <i>Características do chamado “contrato administrativo”</i> .....	562
	<i>A lógica do contrato administrativo, 563</i>	
<b>VI</b>	— <i>O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro</i> .....	564
	<i>Alteração unilateral do contrato, 566; Alteração bilateral do contrato, 567; Extinção unilateral do contrato, 568; Outras hipóteses de extinção, 568; A “exceptio non adimpleti contractus”, 569; Prazo e prorrogação dos contratos, 569; Formalidades do contrato administrativo, 571; Eficácia dos contratos administrativos, 571; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; reajuste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas), 572; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 579</i>	
<b>VII</b>	— <i>Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo</i> .....	580
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e Direito Positivo brasileiro, 583; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 586</i>	
<b>VIII</b>	— <i>A cláusula “rebus sic stantibus”</i> .....	588
<b>IX</b>	— <i>A teoria da imprevisão</i> .....	589
<b>X</b>	— <i>As cláusulas de reajustes de preços</i> .....	592
<b>XI</b>	— <i>Os reajustes e os índices oficiais</i> .....	593
<b>Capítulo XIII</b>	— <b>SERVIÇO PÚBLICO E INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO</b>	
<b>I</b>	— <i>Conceito de serviço público</i> .....	597
	<i>a) Substrato material da noção de serviço público,</i>	

599; b) *Elemento formal caracterizador do serviço público*, 600

II	— <i>Serviços públicos e outras atividades estatais ...</i>	602
	<i>Serviço público e obra pública</i> , 603; <i>Serviço público e poder de polícia</i> , 604; <i>Serviço público e exploração estatal de atividade econômica</i> , 605	
III	— <i>Serviços públicos por determinação constitucional</i> .....	607
IV	— <i>Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público</i> .....	609
V	— <i>Intervenção do Estado no domínio econômico ..</i>	610
	<i>Atividades privadas sob regime especial</i> , 615; <i>Monopólio</i> , 619	
VI	— <i>Serviços públicos e serviços governamentais</i> .....	619

Capítulo XIV — **CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS**

I	— <i>Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais</i> .....	622
	<i>A exploração do serviço como forma de remuneração</i> , 623; <i>Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la</i> , 624; <i>Impropriedade das definições legais</i> , 627; <i>Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos</i> , 631; <i>Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas consequências</i> , 632	
II	— <i>Forma e condições da outorga do serviço em concessão</i> .....	634
	<i>Licitação das concessões</i> , 635; <i>O "contrato" de concessão</i> , 640; <i>Transferência da concessão — Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão</i> , 640	
III	— <i>O prazo nas concessões e sua prorrogação</i> .....	642
IV	— <i>Os poderes do concedente</i> .....	645
V	— <i>Os direitos do concessionário</i> .....	650
	<i>Remuneração do concessionário</i> , 650	
VI	— <i>As tarifas</i> .....	651
	<i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário</i> , 654; <i>O equilíbrio eco-</i>	

	<i>nômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 655</i>	
VII	— <i>Os direitos dos usuários</i> .....	660
VIII	— <i>Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos</i> .....	661
IX	— <i>A reversão dos bens</i> .....	667
X	— <i>Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão</i> .....	668
XI	— <i>Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço</i> .....	669
XII	— <i>Permissão de serviço público</i> .....	671
XIII	— <i>Situações transitórias na lei de concessões</i> .....	682
Capítulo XV	— <b>PODER DE POLÍCIA</b> <i>27</i>	
I	— <i>Introdução</i> .....	684
II	— <i>Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia</i> .....	688
III	— <i>Fundamento da polícia administrativa</i> .....	689
IV	— <i>Essência do poder de polícia</i> .....	690
	<i>Traços característicos, 691</i>	
V	— <i>Polícia administrativa e polícia judiciária</i> .....	694
VI	— <i>Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa</i> .....	695
VII	— <i>O poder de polícia é discricionário?</i> .....	696
VIII	— <i>Definição de polícia administrativa</i> .....	696
IX	— <i>Polícia geral e polícia especial</i> .....	696
X	— <i>Delegação de atos de polícia administrativa</i> .....	699
XI	— <i>Distinção entre limitações administrativas à propriedade e servidão administrativa</i> .....	701
XII	— <i>Executoriedade das medidas de polícia administrativa</i> .....	705
XIII	— <i>Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração</i> .....	706
XIV	— <i>Setores da polícia administrativa</i> .....	707
XV	— <i>Polícia administrativa da União, Estados e Municípios</i> .....	708
Capítulo XVI	— <b>DESAPROPRIAÇÃO</b>	
I	— <i>Conceito</i> .....	711

<b>II</b>	— <b>Fundamentos da desapropriação</b> .....	716
<b>III</b>	— <b>Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade</b> .....	716
<b>IV</b>	— <b>Requisitos da desapropriação</b> .....	718
<b>V</b>	— <b>Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação</b> ..	720
<b>VI</b>	— <b>Objeto da desapropriação</b> .....	720
<b>VII</b>	— <b>Beneficiários da desapropriação</b> .....	722
<b>VIII</b>	— <b>Fases do procedimento expropriatório</b> .....	722
<b>IX</b>	— <b>A declaração de utilidade pública</b> .....	723
<b>X</b>	— <b>A imissão provisória de posse</b> .....	726
<b>XI</b>	— <b>A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados</b> .....	728
<b>XII</b>	— <b>Momento em que se consuma a desapropriação</b> .....	732
<b>XIII</b>	— <b>Desapropriação por zona</b> .....	733
<b>XIV</b>	— <b>Desapropriação indireta</b> .....	734
<b>XV</b>	— <b>Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação</b> .....	734
<b>XVI</b>	— <b>Retrocessão e direito de preferência violado</b> .....	735
<b>XVII</b>	— <b>Desapropriação e requisição</b> .....	750

## Capítulo XVII — **BENS PÚBLICOS**

<b>I</b>	— <b>Conceito</b> .....	751
<b>II</b>	— <b>Os bens com relação à sua destinação</b> .....	751
<b>III</b>	— <b>Afetação e desafetação dos bens públicos</b> .....	752
<b>IV</b>	— <b>Regime jurídico dos bens públicos</b> .....	753
<b>V</b>	— <b>Os bens quanto à sua natureza física</b> .....	755
	a) <b>Bens do domínio hídrico, 756; b) Bens do domínio terrestre, 757 (Domínio do solo, 757; Domínio do subsolo, 761)</b>	
<b>VI</b>	— <b>Formas de aquisição e alienação de bens públicos</b> .....	762
<b>VII</b>	— <b>Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados</b> .....	762
	a) <b>Utilização dos bens de uso comum, 763; b) Utilização dos bens de uso especial, 767; c) Utilização dos bens dominicais, 767</b>	

Capítulo XVIII	<b>— DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JUDICIAL</b>	
<i>I</i>	— <i>Introdução</i> .....	771
<i>II</i>	— <i>Princípio da legalidade</i> .....	773
<i>III</i>	— <i>Vinculação e discricionariedade</i> .....	774
	<i>Mérito do ato, 777</i>	
<i>IV</i>	— <i>Fundamentos da discricionariedade</i> .....	778
<i>V</i>	— <i>Estrutura lógico-normativa da discricionariedade</i> .....	780
<i>VI</i>	— <i>Conceito de discricionariedade</i> .....	785
<i>VII</i>	— <i>Limites da discricionariedade</i> .....	785
<i>VIII</i>	— <i>Extensão do controle judicial</i> .....	789
	<i>a) Exame dos motivos, 790; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 791; c) Exame da causa do ato, 795</i>	
<i>IX</i>	— <i>Conclusão</i> .....	796
Capítulo XIX	<b>— RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS</b>	
<i>I</i>	— <i>Introdução</i> .....	799
<i>II</i>	— <i>Responsabilidade e sacrifício de direito</i> .....	800
<i>III</i>	— <i>Originalidade da responsabilidade pública</i> .....	802
<i>IV</i>	— <i>A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito</i> .....	805
<i>V</i>	— <i>Evolução da responsabilidade por atos administrativos</i> .....	806
	<i>a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 807; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 808; c) Responsabilidade subjetiva do Estado, 808; d) Res- ponsabilidade objetiva do Estado, 811</i>	
<i>VI</i>	— <i>Fundamentos da responsabilidade do Estado</i> ...	812
<i>VII</i>	— <i>Questões capitais sobre a responsabilidade estatal</i> .....	813
<i>VIII</i>	— <i>Os sujeitos que comprometem o Estado</i> .....	813
<i>IX</i>	— <i>Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade</i> .....	815
	<i>a) Danos por ação do Estado, 816; b) Danos por omissão do Estado, 818; c) Danos dependentes da situação produzida pelo Estado diretamente propi- etária, 823</i>	

<b>X</b>	— <i>O dano indenizável</i> .....	826
<b>XI</b>	— <i>Excludentes da responsabilidade do Estado</i> .....	829
<b>XII</b>	— <i>A responsabilidade do Estado no Brasil</i>	
	<i>a) Introdução, 831; b) Evolução normativa da responsabilidade do Estado no Brasil, 833; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 836; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 839; e) Responsabilidade estatal na jurisprudência brasileira, 841</i>	

<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	845
-------------------------------	-----